



Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da Administração.....	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	7

• Demonstrações financeiras individuais

Balanços patrimoniais	12
Demonstrações do resultado.....	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	19
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	19
3. Principais práticas contábeis	21
4. Caixa e equivalentes de caixa	24
5. Ativos financeiros.....	25
6. Investimentos.....	36
7. Imobilizado.....	37
8. Intangível	37
9. Outros ativos.....	38
10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos.....	38
11. Passivos financeiros	39
12. Ativos e passivos fiscais	41
13. Provisões	43
14. Outros passivos	45
15. Patrimônio líquido	45
16. Receitas de prestação de serviços.....	46
17. Receitas de tarifas bancárias.....	46
18. Despesas de pessoal	47
19. Outras despesas administrativas.....	47
20. Despesas tributárias	48
21. Outras receitas	48
22. Outras despesas.....	48
23. Partes relacionadas	48
24. Estrutura de gerenciamento de riscos	50
25. Suficiência de capital	53
26. Informações complementares	54
27. Eventos subsequentes.....	57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes aos semestres e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A economia brasileira se mostrou mais robusta em 2022, liderada pelo desempenho positivo do setor de serviços, beneficiados pelo avanço da mobilidade urbana e políticas de transferência de renda do governo. Concomitantemente, o mercado de trabalho trouxe boas notícias para a atividade, com seguidas quedas na taxa de desemprego. Com isso, vimos revisões altistas para o crescimento projetado para o ano em direção a 3,0%.

Olhando para 2023, a reabertura chinesa atrelada às políticas de impulso fiscal tendem a sustentar boa parte do desempenho industrial e varejista, respectivamente. Esse cenário nos leva a estimar o PIB em 0,5%, levando em consideração os efeitos restritivos crescentes da política monetária sobre o produto bruto. Entretanto, a melhora da massa salarial doméstica não foi suficiente para reverter o quadro de compressão dos orçamentos familiares, impactados diretamente pelo alto nível de endividamento (49,47%) e comprometimento de renda (28,22%) da população. A resposta imediata a esse cenário se traduziu no aumento da inadimplência da carteira de crédito livre, cujas taxas saíram de 4,0% no limite inferior do agregado de 2020 para 5,9% no fechamento de 2022.

A inflação e os juros são fatores chaves desse mix macroeconômico mais desfavorável ao país. No front inflacionário, apesar do arrefecimento do *headline*, a inflação de serviços segue rodando em patamares incompatíveis com as metas do Banco Central, sustentando a ideia de que o IPCA tende a arrefecer a passos lentos. Esse ambiente de preços correntes ainda pressionados, em conjunto com alterações do arcabouço fiscal e discussões em torno do aumento das metas de inflação, tende a desancorar as expectativas de inflação dos economistas, que hoje roda na casa dos 5,8%, acima de 2022.

No Original

O Original, desde sua concepção, se propõe a fazer a diferença na vida das pessoas e empresas. Nossos produtos e serviços são pensados e formatados para deixar mais prático, rápido e fácil o dia a dia dos nossos clientes e colaboradores.

Nos últimos anos, empenhamo-nos na construção de bases tecnológicas e estruturas robustas que nos permitem ter uma operação sólida e segura. Somos um banco digital completo, oferecemos um portfólio de produtos e serviços que visa superar a expectativa dos nossos clientes. Para isso, usamos toda expertise e tecnologia existentes e desenvolvemos as que não existem.

O ano de 2022 foi de ajustes estratégicos: tivemos ao longo do segundo semestre mudanças no corpo diretivo do Banco e passamos a buscar maior sinergia com empresas que fazem parte do braço financeiro do grupo J&F Participações. Como exemplo, podemos citar o PicPay IP, PicPay Bank, Crednovo e Liga Invest DTVM. Contamos com um amplo mix de produtos e tecnologia, criando um ecossistema de serviços financeiros repleto de funcionalidades que possibilita aos clientes escolher o maior APP de serviços financeiros como o seu Banco.

Somado a tudo que foi descrito, o Original em 2022 foi impactado pela maior inadimplência na carteira de crédito pessoa física, situação que afetou o mercado financeiro de forma geral. Diante do exposto, a administração decidiu por seguir diligente em seus provisionamentos, e, acreditando que um projeto de longo prazo se constrói em bases sólidas, os acionistas realizaram aportes de capital no montante de R\$ 600 milhões ao longo do ano.

Podemos afirmar que o ano de 2022 nos trouxe uma série de oportunidades de negócios, destacando-se a carteira de crédito do **Atacado** que encerrou o ano com volume de R\$6,5 bilhões, mostrando a sólida e tradicional assertividade na seleção dos clientes com os quais nos relacionamos; no segmento **Empresas**, a carteira de crédito atingiu R\$1,2 bilhão; já a carteira do **Varejo** encerrou o ano com R\$8,9 bilhões; com um maior foco em originações feitas ao longo do primeiro semestre. No segundo semestre, focamos na estratégia de expandir ainda mais a experiência dos nossos clientes, possibilitando uma conectividade entre nossos pilares e forças tecnológicas.

Nossas áreas de atuação não se restringem ao atendimento dos clientes do Atacado, Empresas e Pessoas Físicas, pois temos também nossa divisão de **BaaS** (Bank as a Service) atuando através da Original HUB, disponibilizando serviços para outros bancos e *fintechs*, atingindo mais de 490 milhões de transações ao longo de 2022.

Recebemos pelo 5º ano consecutivo, o reconhecimento de banco digital mais inovador no Prêmio Valor Inovação e estamos entre os três mais inovadores, de acordo com a banca avaliadora, em todo o segmento bancário. Fomos vencedores também do Prêmio Best Performance, maior evento de inovação financeira e ciclo de crédito da América Latina, na categoria Inovação e Meios de Pagamento. Além disso, ganhamos o Prêmio ABT, maior premiação em relacionamento com o cliente do Brasil, em duas categorias: Inovação e Processos; e Talento.

Por fim, o Índice de Basileia manteve-se acima do regulatório (12,84% em dez/22), com um total na carteira de crédito de R\$ 16,6 bilhões e carteira de Funding de R\$ 20,7 bilhões. Ao longo do ano, o Banco Original emitiu Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 no montante de R\$ 711 milhões em negociação privada com investidor profissional.

Agradecimentos

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento diário com a nossa história.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (comitê) do Conglomerado Financeiro Original (conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, liderado pelo Banco Original S/A (Original), bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao conselho de administração (conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração do Original, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração do Original é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é diretamente subordinada ao conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Original.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Banco Original, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O comitê reuniu-se 16 vezes no exercício de 2022, realizando 57 reuniões, destas 12 com a Auditoria Interna, 3 (três) com a Auditoria Externa e 42 com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Nenhuma recomendação foi emitida para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do banco.

O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à administração a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Original auditadas do período findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de março de 2023.

O Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

**Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Original S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.c.1.4 e 5. e para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em relação aos níveis de riscos de acordo com o julgamento da administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos relacionados às operações, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco.

Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e ao uso de premissas e julgamentos feitos pela administração para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; e (ii), definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito nos níveis de risco (“ratings”).

Verificamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações do Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e planos de recuperação judicial; (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a aplicação pelo Banco dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição de rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e do rating para casos de renegociação do crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é aceitável, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias são realizados quando da utilização das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos desses ativos fiscais diferidos, ao alto grau de julgamento envolvido nas premissas econômicas e de crescimento do Banco para as estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros que é base para a avaliação de reconhecimento e realização dos saldos de créditos tributários no ativo.

Envolvemos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos ativos fiscais diferidos e, com o suporte técnico dos nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelo Banco, considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e recalculamos os valores incluídos no estudo técnico de realização dos créditos tributários contabilizados.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Disponibilidades	4	91.861	40.443
Ativos financeiros		22.192.195	20.404.992
Instrumentos financeiros		21.997.409	20.067.725
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a	1.317.000	580.786
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	8.006.391	6.816.196
Derivativos	5.1.c.1	45.853	42.480
Relações interfinanceiras	5.1.d.1	126.091	526.995
Carteira de crédito		12.502.074	12.101.268
Operações de crédito	5.1.e.1	12.049.353	9.093.207
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.1.e.1	4.564.902	3.746.877
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.6	(4.112.181)	(738.816)
Outros instrumentos financeiros	5.1.f.1	194.786	337.267
Ativos fiscais		2.067.362	735.573
Ativos correntes	12.b	85.654	109.019
Ativos diferidos	12.d	1.981.708	626.554
Investimentos		7.613	7.219
Investimentos em participação em coligadas e controladas	6.a	5.659	5.265
Outros investimentos	6.b	1.954	1.954
Imobilizado		67.071	88.374
Imobilizado de uso	7.a	191.488	192.908
Depreciação acumulada	7.a	(124.417)	(104.534)
Intangível		443.163	657.225
Ativos intangíveis	8.a	1.276.159	1.225.184
Amortização acumulada	8.a	(832.996)	(567.959)
Outros ativos	9	430.177	510.135
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(8.689)	(8.771)
Total do ativo		<u>25.290.753</u>	<u>22.435.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivos financeiros		23.236.995	19.833.848
Depósitos e demais instrumentos financeiros		23.211.367	19.707.787
Depósitos	11.1.a	14.999.609	11.907.551
Captações no mercado aberto	11.1.b	704.585	1.246.114
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.1.c	5.008.517	5.063.277
Relações interfinanceiras	5.1.d.2	1.765.205	1.477.328
Derivativos	5.1.c.1	38.334	13.517
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11.1.f	695.117	–
Outros passivos financeiros	11.1.g	25.628	126.061
Passivos fiscais		392.720	169.591
Passivos correntes	12.c	91.018	123.793
Passivos diferidos	12.f	301.702	45.798
Provisões	13.a	46.980	47.580
Outros passivos	14	67.215	117.714
Patrimônio líquido		1.546.843	2.266.457
Capital social	15.a	3.130.001	2.530.001
Outros resultados abrangentes	15.d	284.840	(55.827)
Prejuízos acumulados		<u>(1.867.998)</u>	<u>(207.717)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>25.290.753</u>	<u>22.435.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da intermediação financeira		2.137.906	1.604.839	4.197.834	2.379.852
Rendas de operações de crédito	5.1.e.2	1.823.475	1.248.058	3.442.961	1.923.927
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2	337.776	301.949	797.955	420.809
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.1.c.3	(27.053)	30.239	(48.442)	12.129
Resultado em operações de câmbio	5.1.f.2	3.708	24.593	5.360	22.987
Despesas da intermediação financeira		(1.082.965)	(809.708)	(1.877.335)	(1.025.670)
Despesas em operações de captação no mercado	11.1.d	(1.089.259)	(592.789)	(1.990.147)	(808.742)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.1.e.2	6.294	(216.919)	112.812	(216.928)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.054.941	795.131	2.320.499	1.354.182
Resultado das provisões para perdas		(2.472.106)	(425.289)	(4.208.339)	(526.060)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	(2.494.573)	(458.811)	(4.255.826)	(572.220)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.1.e.7	22.467	33.522	47.487	46.160
Receitas/(despesas) operacionais		(596.452)	(371.551)	(1.084.048)	(698.597)
Receitas de prestação de serviços	16	230.076	139.921	442.839	209.597
Receitas de tarifas bancárias	17	70.277	93.880	145.151	149.911
Despesas de pessoal	18	(209.571)	(184.136)	(411.360)	(350.734)
Outras despesas administrativas	19	(593.669)	(471.092)	(1.091.042)	(908.853)
Despesas tributárias	20	(67.273)	(65.417)	(166.466)	(114.912)
Resultado de participações em coligadas e controladas	6.a	(606)	(7.305)	(5.605)	(37.205)
Outras receitas	21	85.710	181.061	176.199	443.730
Outras despesas	22	(111.396)	(58.463)	(173.764)	(90.131)
Resultado antes dos tributos e participações		(2.013.617)	(1.709)	(2.971.888)	129.525
Imposto de renda e contribuição social	12.a	899.660	23.392	1.356.377	(29.396)
Provisão para imposto de renda		40.857	(35.140)	(12.102)	(78.536)
Provisão para contribuição social		31.652	(38.291)	(8.966)	(73.490)
Ativo fiscal diferido		827.151	96.823	1.377.445	122.630
Participação nos lucros		(1.621)	(8.746)	(44.770)	(21.140)
Resultado líquido		(1.115.578)	12.937	(1.660.281)	78.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado líquido	(1.115.578)	12.937	(1.660.281)	78.989
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Variação do valor justo	674.117	(92.870)	643.459	(113.750)
Efeito dos tributos	(320.732)	47.732	(308.264)	51.632
Hedge				
Variação do valor justo	223	(11.784)	5.473	(8.126)
Outros resultados abrangentes	<u>353.608</u>	<u>(56.922)</u>	<u>340.667</u>	<u>(70.244)</u>
Resultado abrangente	<u>(761.970)</u>	<u>(43.985)</u>	<u>(1.319.614)</u>	<u>8.745</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712
Aumento de capital		400.000	–	–	400.000
Resultado líquido	15.d	–	–	78.989	78.989
Outros resultados abrangentes		–	(70.244)	–	(70.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457
Mutações do período		400.000	(70.244)	78.989	408.745
Saldo em 30 de junho de 2021		2.230.001	1.095	(220.654)	2.010.442
Aumento de capital		300.000	–	–	300.000
Resultado líquido	15.d	–	–	12.937	12.937
Outros resultados abrangentes		–	(56.922)	–	(56.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457
Mutações do período		300.000	(56.922)	12.937	256.015
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457
Aumento de capital		600.000	–	–	600.000
Resultado líquido		–	–	(1.660.281)	(1.660.281)
Outros resultados abrangentes	15.d	–	340.667	–	340.667
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.130.001	284.840	(1.867.998)	1.546.843
Mutações do período		600.000	340.667	(1.660.281)	(719.614)
Saldo em 30 de junho de 2022		2.530.001	(68.768)	(752.420)	1.708.813
Aumento de capital		600.000	–	–	600.000
Resultado líquido		–	–	(1.115.578)	(1.115.578)
Outros resultados abrangentes	15.d	–	353.608	–	353.608
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.130.001	284.840	(1.867.998)	1.546.843
Mutações do período		600.000	353.608	(1.115.578)	(161.970)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado líquido		(1.115.578)	12.937	(1.660.281)	78.989
Ajustes ao resultado líquido		1.905.431	422.862	3.188.205	753.464
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		355	(4.132)	2.592	(2.743)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.494.573	458.811	4.255.826	572.220
Constituição/(reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		1.232	164	(82)	(4.942)
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		(3.916)	4.973	(8.250)	6.880
Juros e marcação a mercado de instrumentos elegíveis a capital		49.243	–	(15.883)	–
Resultado de participações em coligadas e controladas		606	7.305	5.605	37.205
Depreciações e amortizações		198.679	81.887	287.616	211.212
Variação cambial		4.023	(2.423)	10.722	69.422
(Lucro)/prejuízo na alienação de valores e bens		(10.954)	(16.001)	(12.583)	(16.866)
Ativo fiscal diferido		(827.151)	(96.823)	(1.377.445)	(122.630)
Constituição/(reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas		375	(12.748)	(600)	(9.161)
Constituição/(reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		1.621	8.746	44.770	21.140
Outras provisões/(reversões)		(788)	52	(479)	(277)
Atualização monetária		(2.467)	(6.949)	(3.604)	(7.996)
Resultado líquido ajustado		789.853	435.799	1.527.924	832.453
Variações patrimoniais		(3.196.566)	741.277	(3.166.596)	2.236.144
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(65.711)	200.356	(15.001)	95.984
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários para negociação		(2.812.798)	(1.240.022)	(1.983.640)	322.759
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(1.554)	36.732	2.662	31.489
Variação líquida em relações interfinanceiras		(781.503)	614.000	688.781	1.652.604
(Aumento)/redução em carteira de crédito		(473.110)	(3.394.821)	(4.662.746)	(5.309.963)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros		(8.290)	(132.672)	137.872	(42.481)
(Aumento)/redução em ativos fiscais		32.689	(57.154)	48.287	(50.788)

	Nota	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
(Aumento)/redução em outros ativos		20.378	(860)	93.514	(233.240)
(Redução)/aumento em passivos financeiros		719.036	4.608.827	2.395.336	5.665.979
(Redução)/aumento em passivos fiscais		207.537	149.489	304.933	212.725
(Redução)/aumento em outros passivos		(33.240)	18.767	(94.790)	(30.457)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(61.365)	(81.804)	(78.467)
Caixa gerado/(utilizado) nas operações		(2.406.713)	1.177.076	(1.638.672)	3.068.597
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos					
(Aquisição/aumento) em investimentos		–	(4.225)	(5.999)	(25.172)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(62)	(574)	(2.273)	(15.281)
(Aquisição/ativação) de intangíveis		(38.383)	(44.764)	(50.852)	(88.313)
Alienação de investimentos		–	–	–	154.784
Alienação de imobilizado de uso		–	54	874	346
Alienação/baixa de intangíveis		–	3	–	30.067
(Aquisição/aumento)/alienação em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		4.137.396	(1.042.325)	3.502.600	(3.311.005)
(Aquisição/aumento)/alienação em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(2.341.455)	–	(2.341.455)	–
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de investimentos		1.757.496	(1.091.831)	1.102.895	(3.254.574)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Aumento de capital		600.000	300.000	600.000	400.000
Emissão instrumento de dívida elegível a capital		–	–	711.000	–
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento		600.000	300.000	1.311.000	400.000
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		(49.217)	385.245	775.223	214.023
Saldo inicial	4	1.391.643	180.063	569.440	352.674
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(355)	4.132	(2.592)	2.743
Saldo final	4	1.342.071	569.440	1.342.071	569.440
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(49.217)	385.245	775.223	214.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP. O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

31/12/2022				
Dependência no exterior	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Banco Original Ilhas Cayman	1.683.084	1.615.658	67.426	31

31/12/2021				
Dependência no exterior	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Banco Original Ilhas Cayman	1.782.149	1.710.020	72.129	(434)

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do

estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente. Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são: - Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; - Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; - Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; - Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

		31/12/2022		31/12/2021	
Entidade coligada	Atividade	Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	Participação	Participação
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	259.935	259.935.000	19,90%	19,90%

		31/12/2022		31/12/2021	
Entidades controladas	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	Participação	Participação
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	3.450	3.450.000	99,99%	99,99%

O valor total de ativos, passivos, resultado líquido e patrimônio líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

		31/12/2022			
Entidade		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Original Corporate Corretora de Seguros		16.562	4.003	12.559	(285)
Original Hub		3.173	25	3.149	(5.549)

		31/12/2021			
Entidade		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Original Corporate Corretora de Seguros		17.030	4.187	12.843	(45.460)
Original Hub		3.600	903	2.697	(4.539)

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos. As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério *pro rata dia*.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Ativos financeiros

c.1) Instrumentos financeiros

c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c.1.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

c.1.3) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente

correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de investimento no exterior e hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

c.1.4) Carteira de crédito

c.1.4.1) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela regulamentação vigente, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco. As operações são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base nas taxas de juros pactuadas, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa de recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da regulamentação vigente, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

c.1.5) Outros instrumentos financeiros: Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Ativos e passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica “Ativos diferidos”. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica “Passivos diferidos”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

e) Investimentos: Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos; sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos; e benfeitorias em imóveis de terceiros - de acordo com o prazo do contrato de aluguel.

g) Intangível: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações calculadas à taxa de 10% a.a. ou de acordo com a sua vida útil.

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos: É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos: Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros

k.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros passivos financeiros: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões: Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

m) Passivos fiscais

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 21%. O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre receitas financeiras e registradas em “despesas tributárias”.

n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata dia.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	91.861	40.443
Em moedas estrangeiras	91.212	39.875
Em moeda nacional	649	568
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	1.250.210	528.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	528.997
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.250.210	–
Total	<u>1.342.071</u>	<u>569.440</u>

5. Ativos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

				31/12/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	1.250.210	–	–	1.250.210	528.997
Posição bancada	1.250.210	–	–	1.250.210	528.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	–	528.997
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.250.210	–	–	1.250.210	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	66.790	–	66.790	51.789
Total	1.250.210	66.790	–	1.317.000	580.786

b) Títulos e valores mobiliários

b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado

								31/12/2022	31/12/2021
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo /contábil	Valor justo /contábil
1 - Títulos para negociação		4.168.111	1.820	–	1.732.824	305.030	2.132.077	4.169.931	2.159.258
Carteira própria									
Títulos públicos		3.292.148	1.164	–	1.732.824	305.030	1.255.458	3.293.312	1.158.896
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	451.742	94	–	–	303.368	148.468	451.836	151.059
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.890.661	1.995	–	841.804	1.662	1.049.190	1.892.656	1.007.837
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	949.745	(925)	–	891.020	–	57.800	948.820	–
Títulos privados		–	–	–	–	–	–	–	5.202
Debêntures	2	–	–	–	–	–	–	–	5.202

							31/12/2022	31/12/2021	
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo /contábil	Valor justo /contábil
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		875.963	656	—	—	—	876.619	876.619	603.575
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	324.183	351	—	—	—	324.534	324.534	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	551.780	305	—	—	—	552.085	552.085	603.575
Títulos privados		—	—	—	—	—	—	—	4.606
Debêntures	2	—	—	—	—	—	—	—	4.606
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		—	—	—	—	—	—	—	386.979
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	—	—	—	—	—	—	—	349.279
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—	37.700
2 - Títulos disponíveis para venda		955.379	539.626	1.119.223	—	147.774	228.008	1.495.005	4.656.938
Carteira própria									
Títulos públicos		221.706	1.324	—	—	—	223.030	223.030	1.823.106
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	221.706	1.324	—	—	—	223.030	223.030	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	—	—	—	—	—	—	—	1.823.106
Títulos privados		704.411	538.302	1.089.961	—	147.774	4.978	1.242.713	2.163.496
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	6.960	(1.982)	—	—	—	4.978	4.978	4.947
Cotas de fundos	3	541.424	548.537	1.089.961	—	—	—	1.089.961	2.158.549
Nota comercial	2	156.027	(8.253)	—	—	147.774	—	147.774	—
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		—	—	—	—	—	—	—	644.373
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	—	—	—	—	—	—	—	644.373

								31/12/2022	31/12/2021
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo /contábil	Valor justo /contábil
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos privados		<u>29.262</u>	<u>—</u>	<u>29.262</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>29.262</u>	<u>25.963</u>
Cotas de fundos	2	29.262	—	29.262	—	—	—	29.262	25.963
3 - Títulos mantidos até o vencimento		<u>2.341.455</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>390.265</u>	<u>1.951.190</u>	<u>2.341.455</u>	<u>—</u>
Carteira própria									
Títulos públicos		<u>1.635.876</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>337.619</u>	<u>1.298.257</u>	<u>1.635.876</u>	<u>—</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	1.635.876	—	—	—	337.619	1.298.257	1.635.876	—
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		<u>705.579</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>52.646</u>	<u>652.933</u>	<u>705.579</u>	<u>—</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	705.579	—	—	—	52.646	652.933	705.579	—
Total		<u>7.464.945</u>	<u>541.446</u>	<u>1.119.223</u>	<u>1.732.824</u>	<u>843.069</u>	<u>4.311.275</u>	<u>8.006.391</u>	<u>6.816.196</u>

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. O resultado da marcação a mercado dos títulos para negociação é apresentado na demonstração do resultado e o resultado dos títulos disponível para venda é apresentado na demonstração de resultados abrangentes. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3. Não houve reclassificação de títulos entre as categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b.2) Resultado

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado em títulos de renda fixa	229.549	280.981	653.915	391.334
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	109.220	20.221	151.550	28.190
Resultado em títulos no exterior	—	—	—	968
Resultado em títulos de renda variável	<u>(993)</u>	<u>747</u>	<u>(7.510)</u>	<u>317</u>
Total	<u>337.776</u>	<u>301.949</u>	<u>797.955</u>	<u>420.809</u>

b.3) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:

- 1** - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c) Composição da carteira por indexador

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

c.1) Composição da carteira por indexador

	Nível	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward							
Posição ativa		1.320.031	11.834	3.592	1.034.016	14.056	15.800
Dólar	1	1.320.031	11.834	3.592	1.034.016	14.056	15.800
Posição passiva		1.320.031	(6.693)	(10.281)	1.034.016	(3.435)	(3.742)
Prefixado	1	1.320.031	(6.693)	(10.281)	1.034.016	(3.435)	(3.742)
Diferencial líquido		—	5.141	(6.689)	—	10.621	12.058
2 - Swap							
Posição ativa		1.530.416	24.377	42.261	860.267	7.316	26.680
Prefixado	1	174.948	12.272	12.781	210.247	14	266
CDI	1	445.518	653	12.982	382.939	903	17.056
Dólar	1	909.950	11.452	16.498	267.081	6.399	9.358

	31/12/2022			31/12/2021			
	Nível	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Posição passiva		1.530.416	(988)	(7.689)	860.267	(14.422)	(7.774)
Prefixado	1	506.358	(148)	(153)	515.804	(1.388)	(73)
CDI	1	53.191	(56)	(435)	78.406	(55)	(1.265)
Dólar	1	970.867	(784)	(7.101)	266.057	(12.979)	(6.436)
Diferencial líquido		—	23.389	34.572	—	(7.106)	18.906
3 - Opções							
Posição passiva		900.779	(30.499)	(20.364)	131.750	(2.823)	(2.001)
Venda de opção de compra	1	110.266	(5.071)	(3.183)	104.500	(2.325)	(1.840)
Venda de opção de venda	1	790.513	(25.428)	(17.181)	27.250	(498)	(161)
Diferencial líquido		—	(30.499)	(20.364)	—	(2.823)	(2.001)
4 - Futuros							
Posição ativa		8.512.631	—	—	3.658.702	—	—
DI	1	6.242.100	—	—	1.811.000	—	—
DDI	1	1.184.418	—	—	1.540.218	—	—
DAP	1	361.089	—	—	28.953	—	—
Dólar	1	725.024	—	—	278.531	—	—
Posição passiva		6.758.835	—	—	8.158.574	—	—
DI	1	5.286.400	—	—	6.535.000	—	—
DDI	1	1.472.435	—	—	1.538.544	—	—
DAP	1	—	—	—	85.030	—	—

c.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

Diferencial a receber (pagar) ao valor justo	31/12/2022			31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	20.723	2.644	11.205	34.572	18.906
Non deliverable forward	(3.255)	(3.434)	—	(6.689)	12.058
Opções	(7.126)	(9.574)	(3.664)	(20.364)	(2.001)
Total	10.342	(10.364)	7.541	7.519	28.963

c.3) Resultado com derivativos

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<i>Non deliverable forward</i>	(2.339)	4.653	57.238	(13.113)
<i>Swap</i>	4.042	16.830	39.210	23.288
Opções	18.840	655	18.966	(131)
Futuros	(47.596)	8.101	(163.856)	2.085
DDI ⁽¹⁾	6.330	(27.357)	67.965	25.396
Futuro de dólar	(1.064)	1.095	1.249	5.566
S&P	(210)	133	(416)	(5)
Moedas	(238)	(554)	(706)	1.708
Índice	(13.599)	(665)	(15.600)	(392)
Dólar	8.428	42.050	(99.414)	(47.656)
DI	(47.243)	(6.601)	(116.934)	17.468
Total	(27.053)	30.239	(48.442)	12.129

⁽¹⁾ Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

c.4) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor eficaz foi de R\$ 5.473 líquido dos efeitos tributários (R\$ 8.126 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

c.5) Hedge de risco de mercado

A estrutura de *hedge accounting* é formada por instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos pelo Banco Original entre os meses de fevereiro e abril de 2022, com vencimentos previstos superiores a 10 anos. As emissões citadas são o objeto de *hedge* da estrutura vigente. Instrumentos de *hedge* utilizados são contratos de DI negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua originação, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*. A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado, uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuros de DI, se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos instrumentos de dívida elegíveis a capital. O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes. A efetividade de *hedge* ocorre à medida em que alterações no valor justo do instrumento de *hedge* compensam alterações no valor justo

do objeto. O Banco Original deve comprovar a efetividade do *hedge* desde a concepção e no decorrer da operação, com indicação de que as variações no valor de mercado do instrumento de *hedge* compensam as variações no valor de mercado dos instrumentos de dívida elegíveis a capital num intervalo entre 80% e 125%. A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercido; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o ajuste do item objeto de *hedge* foi de R\$ 111.796 e o ajuste do valor justo do instrumento de *hedge* foi de R\$ 120.077, resultando em 107,36% de efetividade.

d) Relações interfinanceiras

d.1) Composição ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos vinculados		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	126.091	77.207
Pagamentos instantâneos	105.443	61.710
Microfinanças	16.648	11.997
Moeda eletrônica	4.000	3.500
Pagamentos e recebimentos a liquidar		
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	–	449.788
Recebíveis de transação de pagamento ⁽¹⁾	–	449.788
Total	<u>126.091</u>	<u>526.995</u>

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores a receber junto as instituições participantes de arranjo de pagamento

d.2) Composição passivo

	31/12/2021	31/12/2022
Transações de pagamento	1.765.205	1.477.328
Cartões de crédito	1.765.205	1.477.328
Total	<u>1.765.205</u>	<u>1.477.328</u>

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

e.1) Composição da carteira por produto

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	12.049.353	9.093.207
Empréstimos	9.886.032	6.519.602
Financiamentos à exportação	1.688.383	1.847.093
Financiamentos rurais e agroindustriais	240.083	465.004

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos imobiliários	144.006	125.625
Títulos descontados	90.278	135.197
Adiantamentos a depositantes	571	686
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.564.902	3.746.877
Direitos creditórios	2.520.498	2.092.692
Operações com cartões de crédito	2.000.408	1.545.386
Outros	43.996	108.799
Subtotal	16.614.255	12.840.084
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.112.181)	(738.816)
Total	<u>12.502.074</u>	<u>12.101.268</u>

e.2) Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas de empréstimos	1.705.373	957.159	3.297.318	1.475.728
Rendas de financiamentos	107.439	280.095	123.488	427.675
Rendas de títulos descontados	10.496	10.722	21.893	20.080
Rendas de adiantamentos a depositantes	167	82	262	444
Total	<u>1.823.475</u>	<u>1.248.058</u>	<u>3.442.961</u>	<u>1.923.927</u>

e.3) Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2022	Concentração	31/12/2021	Concentração
Setor Privado				
Pessoas físicas	9.516.363	57,28%	5.868.315	45,70%
Serviços	698.211	4,20%	847.815	6,60%
Comércio	2.640.257	15,89%	2.504.587	19,51%
Rural	2.017.695	12,14%	2.142.840	16,69%
Indústria	162.922	0,98%	150.871	1,18%
Financeiro	44.040	0,27%	112.315	0,87%
Outros	1.534.767	9,24%	1.213.341	9,45%
Total	<u>16.614.255</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.840.084</u>	<u>100,00%</u>

e.4) Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	2.576.170	6.559.423	553.435	734.345	326.746	168.880	118.395	91.865	200.457	11.329.716	10.802.960
1 a 30 dias	606.386	2.847.940	79.619	60.578	20.470	9.512	5.816	4.271	12.891	3.647.483	4.299.612
31 a 60 dias	76.617	589.429	28.627	61.074	20.208	10.253	6.875	5.285	16.603	814.971	818.412
61 a 90 dias	72.881	358.611	25.048	49.133	18.155	7.671	5.344	4.119	11.228	552.190	471.607
91 a 180 dias	560.814	869.065	114.836	93.113	41.092	20.060	13.611	10.253	24.423	1.747.267	1.875.505
181 a 360 dias	530.684	709.700	100.048	117.571	54.452	26.268	18.007	13.860	33.625	1.604.215	913.584
Acima de 360 dias	728.788	1.184.678	205.257	352.876	172.369	95.116	68.742	54.077	101.687	2.963.590	2.424.240
Parcelas vencidas	5	264.559	16.169	16.135	9.437	8.169	7.256	5.934	26.083	353.747	493.038
Até 14 dias	5	264.559	16.169	16.135	9.437	8.169	7.256	5.934	26.083	353.747	493.038
Subtotal	2.576.175	6.823.982	569.604	750.480	336.183	177.049	125.651	97.799	226.540	11.683.463	11.295.998
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	—	—	—	29.330	57.329	237.840	290.547	374.215	1.048.990	2.038.251	930.231
1 a 30 dias	—	—	—	553	1.330	8.334	10.366	12.041	49.917	82.541	43.452
31 a 60 dias	—	—	—	599	1.355	8.118	10.325	12.448	50.806	83.651	37.908
61 a 90 dias	—	—	—	503	1.200	6.744	8.995	10.633	41.686	69.761	35.502
91 a 180 dias	—	—	—	1.570	3.563	19.130	25.197	30.503	119.685	199.648	94.961
181 a 360 dias	—	—	—	3.030	6.424	30.689	41.983	52.095	196.008	330.229	154.257
Acima de 360 dias	—	—	—	23.075	43.457	164.825	193.681	256.495	590.888	1.272.421	564.151

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vencidas	—	556	82.124	133.917	217.499	284.506	253.019	294.205	1.626.715	2.892.541	613.855
15 a 30 dias	—	556	81.658	11.999	13.050	14.271	9.242	10.298	33.332	174.406	93.609
31 a 60 dias	—	—	466	117.529	29.404	27.926	16.635	15.821	62.570	270.351	103.935
61 a 90 dias	—	—	—	2.957	168.873	45.241	27.681	18.325	69.656	332.733	99.831
91 a 120 dias	—	—	—	1.432	2.990	177.009	39.808	27.638	79.225	328.102	71.823
121 a 150 dias	—	—	—	—	2.256	4.753	133.615	37.647	94.007	272.278	70.430
151 a 180 dias	—	—	—	—	926	11.830	4.555	122.120	111.110	250.541	54.632
181 a 360 dias	—	—	—	—	—	3.476	21.483	53.555	1.157.385	1.235.899	119.595
Acima de 360 dias	—	—	—	—	—	—	—	8.801	19.430	28.231	—
Subtotal	—	556	82.124	163.247	274.828	522.346	543.566	668.420	2.675.705	4.930.792	1.544.086
Total	2.576.175	6.824.538	651.728	913.727	611.011	699.395	669.217	766.219	2.902.245	16.614.255	12.840.084

e.5) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	% da Carteira	31/12/2021	% da Carteira
Dez maiores devedores	1.299.801	7,82%	829.071	6,46%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.954.463	11,76%	1.801.158	14,03%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.648.478	9,92%	1.037.216	8,08%
Demais devedores seguintes	<u>11.711.513</u>	<u>70,50%</u>	<u>9.172.639</u>	<u>71,43%</u>
Total	<u>16.614.255</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.840.084</u>	<u>100,00%</u>

e.6) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	31/12/2022			31/12/2021		
	% Provisão	Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente ⁽¹⁾	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	2.576.175	–	–	2.576.950	–
A	0,5%	6.824.538	(34.123)	(34.123)	6.981.933	(34.910)
B	1,0%	651.728	(6.517)	(6.517)	617.674	(6.177)
C	3,0%	913.727	(27.412)	(27.412)	986.104	(29.583)
D	10,0%	611.011	(61.101)	(61.101)	612.346	(61.235)
E	30,0%	699.395	(209.819)	(209.819)	419.084	(125.725)
F	50,0%	669.217	(334.610)	(334.610)	226.986	(113.493)
G	70,0%	766.219	(536.354)	(536.354)	171.046	(119.732)
H	100,0%	2.902.245	(2.902.245)	(2.902.245)	247.961	(247.961)
Total		16.614.255	(4.112.181)	(4.112.181)	12.840.084	(738.816)

⁽¹⁾ Provisão considera a contagem em dobro dos prazos de atraso, para fins de classificação nos níveis de risco.

e.7) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo inicial	(2.356.425)	(318.711)	(738.816)	(249.207)
Constituição/reversão	(2.494.573)	(458.811)	(4.255.826)	(572.220)
Baixa para prejuízo	738.817	38.706	882.461	82.611
Saldo final	(4.112.181)	(738.816)	(4.112.181)	(738.816)

No segundo semestre de 2022 foi adotada a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme regulamentação vigente. O efeito bruto na Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi de R\$ 376.246. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 47.487 (R\$ 46.160 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 22.467 durante o segundo semestre (R\$ 33.522 durante o segundo semestre de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro 2022 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 2.768.541 (R\$ 1.945.555 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações é de R\$ 1.565.454 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 484.661 em 31 de dezembro de 2021).

f) Outros instrumentos financeiros

f.1) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Numerários em trânsito	162.824	217.511
Direitos sobre venda de câmbio	–	84.704
Negociação e intermediação de valores	31.962	35.051
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	–	1
Total	<u>194.786</u>	<u>337.267</u>

f.2) Resultado em operações de câmbio

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas de câmbio	13.716	63.032	32.875	98.249
Despesas de câmbio	<u>(10.008)</u>	<u>(38.439)</u>	<u>(27.515)</u>	<u>(75.262)</u>
Total	<u>3.708</u>	<u>24.593</u>	<u>5.360</u>	<u>22.987</u>

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligadas e controladas

	31/12/2021		Movimentação de 01/01 a 31/12/2022		31/12/2022		01/01 a 31/12/2021	
	Valor do inves- timento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do inves- timento	Valor do inves- timento	Equivalência patrimonial	Valor do inves- timento	Equivalência patrimonial
Coligada								
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	2.568	(57)	–	2.511	–	(9.098)	–	–
Controladas								
Original Hub Ltda.	2.697	(5.548)	5.999	3.148	–	(14.148)	–	–
Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	–	–	–	–	–	7	–	–
Picpay Instituição de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	–	–	–	–	–	(13.966)	–	–
Total	<u>5.265</u>	<u>(5.605)</u>	<u>5.999</u>	<u>5.659</u>	<u>–</u>	<u>(37.205)</u>	<u>–</u>	<u>–</u>

⁽¹⁾ Investimentos alienados durante o primeiro semestre de 2021

b) Outros investimentos

	31/12/2022	31/12/2021
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	1.511
Obras de arte	443	443
Total	1.954	1.954

7. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas de processamento de dados	130.419	(96.126)	34.293	48.248
Instalações, móveis e equipamentos de uso	58.969	(27.028)	31.941	38.938
Sistemas de segurança e comunicações	2.100	(1.263)	837	1.188
Total	191.488	(124.417)	67.071	88.374

b) Movimentação

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2022				
	30/06/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Sistemas de processamento de dados	41.585	–	–	(7.292)	34.293
Instalações, móveis e equipamentos de uso	35.135	62	–	(3.256)	31.941
Sistemas de segurança e comunicações	1.012	–	–	(175)	837
Total	77.732	62	–	(10.723)	67.071

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2022				
	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Sistemas de processamento de dados	48.248	2.107	(355)	(15.707)	34.293
Instalações, móveis e equipamentos de uso	38.938	166	(519)	(6.644)	31.941
Sistemas de segurança e comunicações	1.188	–	–	(351)	837
Total	88.374	2.273	(874)	(22.702)	67.071

8. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Software	981.193	(673.187)	308.006	502.759
Licenças de uso	294.966	(159.809)	135.157	154.466
Total	1.276.159	(832.996)	443.163	657.225

b) Movimentação

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2022				
	30/06/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Software	454.189	–	–	(146.183)	308.006
Licenças de uso	138.547	38.383	–	(41.773)	135.157
Total	592.736	38.383	–	(187.956)	443.163

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2022				
	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Software	502.759	–	–	(194.753)	308.006
Licenças de uso	154.466	50.852	–	(70.161)	135.157
Total	657.225	50.852	–	(264.914)	443.163

9. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾	151.631	225.670
Bens não de uso próprio	104.525	129.720
Devedores diversos no país	61.646	72.215
Adiantamentos a fornecedores	53.767	35.741
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	14.112	10.367
Depósitos em garantia - contingências fiscais	12.120	10.958
Devedores por compra de valores e bens	11.773	1.773
Rendas a receber	9.564	10.366
Depósitos em garantia - contingências cíveis	7.249	6.549
Despesas pagas antecipadamente	2.534	5.423
Adiantamentos salariais	1.256	1.353
Total	430.177	510.135

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a valores a receber pela alienação de ações e liquidações financeiras de transações de pagamento.

10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(8.264)	(8.346)
Provisão para desvalorização de obras de arte	(425)	(425)
Total	(8.689)	(8.771)

11. Passivos financeiros

11.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

	Sem ven- cimen- to	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	899.608	–	–	–	899.608	911.535
Pessoas físicas	256.450	–	–	–	256.450	278.282
Pessoas jurídicas	548.451	–	–	–	548.451	518.602
Vinculados	84.294	–	–	–	84.294	109.797
Pessoas jurídicas ligadas	10.410	–	–	–	10.410	4.854
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	3	–	–	–	3	–
Outros depósitos	268	–	–	–	268	3.320
Contas pré-pagamento	268	–	–	–	268	3.320
Depósitos interfinanceiros	–	282.741	383.609	–	666.350	1.116.551
Depósitos a prazo	–	2.662.834	2.325.652	8.444.897	13.433.383	9.876.145
Em moeda nacional	–	1.047.176	2.325.652	8.444.897	11.817.725	8.166.125
Em moeda estrangeira	–	1.615.658	–	–	1.615.658	1.710.020
Total	899.876	2.945.575	2.709.261	8.444.897	14.999.609	11.907.551

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 170% do DI (em 31 de dezembro de 2022 e 2021), em operações prefixadas entre 4,59% e 19,05% ao ano (3,28% e 15% ao ano em 31 de dezembro de 2021) e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 0,83% e 7,05% ao ano (100% do IPCA mais taxa prefixada entre 0,11% e 6,68% ao ano em 31 de dezembro de 2021). RDB foram emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 106% do DI em 31 de dezembro de 2021. Não havia operações de RDB prefixadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria			
Títulos públicos	704.585	704.585	1.241.494
Letras do Tesouro Nacional	–	–	600.208
Notas do Tesouro Nacional	704.585	704.585	641.286
Títulos privados	–	–	4.620
Debêntures	–	–	4.620
Total	704.585	704.585	1.246.114

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2022	31/12/2021
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	405.641	1.289.480	592.201	2.287.322	2.046.375
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	177.960	1.929.574	389.476	2.497.010	2.708.133
Letras financeiras ⁽³⁾	—	28.232	195.953	224.185	308.769
Total	583.601	3.247.286	1.177.630	5.008.517	5.063.277

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 122,4% do DI (80% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2021). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 4,51% e 15% a.a. (2,48% e 12,2% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em operações híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 0,84% e 5,07% ao ano (IPCA mais taxa prefixada entre 0,35% e 5% a.a. em 31 de dezembro de 2021). ⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 135% do DI (85% e 135% do DI em 31 de dezembro de 2021). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 4,44% e 14,25% a.a. (2,44% e 13,84% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 1,03% e 5,03% ao ano (IPCA mais taxa prefixada entre 0,4% e 5,03% a.a. em 31 de dezembro de 2021). ⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 118,5% do DI (100% e 117% do DI em 31 de dezembro de 2021). Em operação híbrida indexadas ao IPCA mais taxa prefixada de 6,06% ao ano (não havia operação híbrida em 31 de dezembro de 2021). Não havia operações prefixadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

d) Resultado

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Captação com depósitos	(721.094)	(376.103)	(1.381.941)	(478.648)
Depósitos a prazo	(665.387)	(331.484)	(1.254.996)	(416.717)
Depósitos interfinanceiros	(55.707)	(44.619)	(126.945)	(61.931)
Captação no mercado aberto	(50.751)	(26.097)	(112.983)	(30.073)
Carteira própria	(50.751)	(26.097)	(112.983)	(30.069)
Carteira de terceiros	—	—	—	(4)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(306.148)	(182.225)	(473.488)	(286.084)
Letras de crédito imobiliária	(129.795)	(81.173)	(241.261)	(124.517)
Letras de crédito do agronegócio	(109.189)	(80.595)	(206.924)	(127.178)
Letras financeiras	(67.164)	(20.457)	(25.303)	(34.389)
Contribuições ordinárias	(11.266)	(8.364)	(21.735)	(13.937)
Fundo Garantidor de Crédito	(11.266)	(8.364)	(21.735)	(13.937)
Total	(1.089.259)	(592.789)	(1.990.147)	(808.742)

e) Obrigações por empréstimos e repasses no país

e.1) Composição

Não havia saldo em obrigações por empréstimos e repasses no país em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

e.2) Resultado

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesas com banqueiros no exterior	6.294	(216.919)	112.812	(216.919)
Despesas com repasses instituições oficiais	—	—	—	(9)
Total	6.294	(216.919)	112.812	(216.928)

f) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	Valor curva	31/12/2022 Valor de mercado
Letras financeiras subordinadas					
Pré-fixadas	De 15,8% a 16,9% a.a.	2032 a 2036	711.000	806.914	695.117
Total				806.914	695.117

g) Outros passivos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Negociação e intermediação de valores	12.530	42.575
Carteira de câmbio passiva	—	80.001
Relações interdependências	13.098	3.485
Total	25.628	126.061

12. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com IR e CS

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado antes do IR e CS	(2.015.238)	(10.455)	(3.016.658)	108.385
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	927.009	5.228	1.387.663	(54.193)
Efeito na apuração dos tributos	(936.129)	(78.659)	(1.446.389)	(97.833)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(281)	(5.317)	(2.564)	(18.818)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(919.453)	(102.010)	(1.464.258)	(152.896)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	(7.957)	12.118	3.629	36.649
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(163)	6.194	276	4.580
Outros	(8.275)	10.356	16.528	32.652

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	(9.120)	(73.431)	(58.726)	(152.026)
Provisão para imposto de renda	40.857	(35.140)	(12.102)	(78.536)
Provisão para contribuição social	31.652	(38.291)	(8.966)	(73.490)
Ativos/passivos fiscais diferidos - IR/CS	908.780	96.823	1.415.103	122.630
Total	899.660	23.392	1.356.377	(29.396)

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a compensar	35.178	43.769
Contribuição social a compensar	27.404	41.984
PIS a compensar	3.684	3.590
COFINS a compensar	26	26
Outros impostos a compensar	19.362	19.650
Total	85.654	109.019

c) Composição dos passivos correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para imposto de renda	31.792	50.680
Provisão para contribuição social	26.934	51.206
Impostos e contribuições sobre salários	13.758	12.364
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.899	1.227
Outros	16.635	8.316
Total	91.018	123.793

d) Composição dos ativos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	201.594	223.433
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.729.167	296.900
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	21.141	21.411
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	–	4.483
Outras diferenças temporárias no resultado	12.427	11.316
Subtotal	1.964.329	557.543
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido	–	51.632
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	1.981.708	626.554

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo inicial	1.196.396	508.846	626.554	505.293
Constituições	866.398	235.113	1.742.027	362.574
Realizações	<u>(81.087)</u>	<u>(117.405)</u>	<u>(386.873)</u>	<u>(241.313)</u>
Saldo final	<u>1.981.707</u>	<u>626.554</u>	<u>1.981.708</u>	<u>626.554</u>

f) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	284.231	28.327
Outras	<u>17.471</u>	<u>17.471</u>
Total	<u>301.702</u>	<u>45.798</u>

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo inicial	94.533	33.153	45.798	16.082
Constituições	214.821	13.355	263.556	45.747
Reversões	<u>(7.652)</u>	<u>(710)</u>	<u>(7.652)</u>	<u>(16.031)</u>
Saldo final	<u>301.702</u>	<u>45.798</u>	<u>301.702</u>	<u>45.798</u>

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Realização projetada	200.781	413.584	376.643	376.643	397.784	198.894	1.964.329

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2022, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 1.558.030 (R\$ 541.787 em 31 de dezembro de 2021).

13. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	9.233	7.321
Provisões trabalhistas	<u>37.747</u>	<u>40.259</u>
Total	<u>46.980</u>	<u>47.580</u>

b) Provisões cíveis

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

b.1) Movimentação

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo inicial	7.833	11.617	7.321	9.575
Constituição	7.123	3.279	11.622	7.376
Reversão	(5.723)	(7.575)	(9.710)	(9.630)
Saldo final	9.233	7.321	9.233	7.321

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.249 (R\$ 6.549 em 31 de dezembro de 2021). O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Provisões trabalhistas

Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

c.1) Movimentação

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo inicial	38.772	48.711	40.259	47.166
Constituição	6.396	6.120	13.623	23.438
Reversão	(7.421)	(14.572)	(16.135)	(30.345)
Saldo final	37.747	40.259	37.747	40.259

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2022, havia o montante de R\$ 14.112 em depósitos judiciais (R\$ 10.367 em 31 de dezembro de 2021). O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	54.107	36.745
Processos trabalhistas	18.267	17.152
Processos fiscais	<u>56.039</u>	<u>55.864</u>
Total	<u>128.413</u>	<u>109.761</u>

14. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para despesas de pessoal	27.106	31.922
Credores diversos - no país	26.319	36.168
Provisão para despesas administrativas	6.768	25.867
Tributos federais a recolher	3.009	13.510
Tributos municipais a recolher	2.979	2.465
Rendas antecipadas	–	6.443
Provisão para fianças prestadas	849	1.327
Valores a pagar de sociedades ligadas	<u>185</u>	<u>12</u>
Total	<u>67.215</u>	<u>117.714</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 787.826.073 ações escriturais e sem valor nominal (637.826.073 em 31 de dezembro de 2021), sendo 643.913.037 ações ordinárias (568.913.037 em 31 de dezembro de 2021) e 143.913.036 ações preferenciais (68.913.036 em 31 de dezembro de 2021).

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2022	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2021
De domiciliados no país	<u>2.555.098</u>	<u>574.903</u>	<u>3.130.001</u>	<u>2.255.098</u>	<u>274.903</u>	<u>2.530.001</u>
Total	<u>2.555.098</u>	<u>574.903</u>	<u>3.130.001</u>	<u>2.255.098</u>	<u>274.903</u>	<u>2.530.001</u>

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante positivo de R\$ 284.280 (no montante negativo de R\$ 55.827 em 31 de dezembro de 2021).

16. Receitas de prestação de serviços

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Comissões de cartões	199.249	121.798	386.736	180.025
Cobrança e arrecadações	28.074	15.266	49.791	24.030
Garantias prestadas	1.508	1.838	3.138	3.685
Prestação de serviços de assessoria financeira	512	1.019	1.140	1.857
Outras	733	—	2.034	—
Total	230.076	139.921	442.839	209.597

17. Receitas de tarifas bancárias

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Pacote de serviços pessoas físicas	41.789	24.873	79.900	36.162
Serviços pessoas jurídicas	14.445	37.480	27.429	58.565
Serviços diferenciados pessoas físicas	7.245	4.037	12.183	8.764
Serviços prioritários pessoas físicas	4.181	3.321	8.772	6.474
Outros serviços	2.617	24.169	16.867	39.946
Total	70.277	93.880	145.151	149.911

18. Despesas de pessoal

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Proventos	(130.555)	(117.712)	(260.801)	(225.108)
Encargos	(41.887)	(36.213)	(81.598)	(70.404)
Benefícios	(29.168)	(22.961)	(54.813)	(43.860)
Indenizações trabalhistas	(6.800)	(6.141)	(11.974)	(9.575)
Outras	(1.161)	(1.109)	(2.174)	(1.787)
Total	(209.571)	(184.136)	(411.360)	(350.734)

19. Outras despesas administrativas

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(265.633)	(265.035)	(555.130)	(452.242)
Depreciações e amortizações	(198.679)	(81.887)	(287.616)	(211.212)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(39.608)	(32.481)	(74.479)	(55.079)
Processamento de dados	(29.404)	(31.615)	(61.106)	(74.681)
Aluguéis	(7.741)	(6.352)	(14.082)	(15.517)
Comunicações	(6.333)	(10.085)	(12.729)	(15.948)
Indenizações judiciais diversas	(5.492)	(3.345)	(11.195)	(4.597)
Legais e jurídicas	(5.574)	(2.878)	(7.727)	(6.201)
Manutenção e conservação de bens	(2.341)	(2.050)	(5.039)	(5.901)
Transportes e viagens	(2.526)	(1.126)	(4.493)	(1.534)
Propaganda e publicidade	(477)	(13.898)	(4.287)	(29.696)
Serviços de vigilância e segurança	(766)	(1.273)	(2.042)	(2.727)
Seguros	(775)	(142)	(999)	(1.257)
Promoções e relações públicas	(619)	(124)	(762)	(333)
Água, energia e gás	(187)	(365)	(423)	(863)
Material	(128)	(110)	(207)	(464)
Outras	(27.386)	(18.326)	(48.726)	(30.601)
Total	(593.669)	(471.092)	(1.091.042)	(908.853)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões, acordos operacionais com partes relacionadas e outros serviços financeiros.

20. Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
COFINS	(48.752)	(40.418)	(120.967)	(76.956)
PIS/PASEP	(7.923)	(6.572)	(19.660)	(12.110)
ISS	(6.871)	(9.633)	(17.893)	(15.747)
Outras	<u>(3.727)</u>	<u>(8.794)</u>	<u>(7.946)</u>	<u>(10.099)</u>
Total	<u>(67.273)</u>	<u>(65.417)</u>	<u>(166.466)</u>	<u>(114.912)</u>

21. Outras receitas

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	44.500	73.326	92.516	145.668
Reversão de provisões	12.438	19.745	23.487	28.848
Rendas de atualização monetária	11.923	10.958	20.347	13.323
Lucro na alienação de valores e bens	10.954	16.066	13.259	16.931
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	–	30.295	10.901	86.907
Resultado na alienação de participações	–	–	–	77.647
Outras	<u>5.895</u>	<u>30.671</u>	<u>15.689</u>	<u>74.406</u>
Total	<u>85.710</u>	<u>181.061</u>	<u>176.199</u>	<u>443.730</u>

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, ao ressarcimento de despesas previstas em acordos operacionais com partes relacionadas.

⁽²⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.1 d.1)

22. Outras despesas

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Programa de recompensa em cartões	(23.409)	(19.873)	(49.980)	(32.794)
Constituição de provisões	(12.025)	(7.049)	(22.408)	(19.410)
Prejuízo na alienação de valores e bens	–	(65)	(676)	(65)
Outras	<u>(75.962)</u>	<u>(31.476)</u>	<u>(100.700)</u>	<u>(37.862)</u>
Total	<u>(111.396)</u>	<u>(58.463)</u>	<u>(173.764)</u>	<u>(90.131)</u>

23. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da Administração somaram R\$ 17.206 (R\$ 30.107 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 não houve benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento (R\$ 786 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo

e pagamento baseado em ações. O Original não concedeu empréstimos ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A., a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A., a Liga Invest DTVM Ltda, a JBS S/A., a JBS Aves Ltda., a Seara Comércio de Alimentos Ltda., a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A., a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. e a J&F Investimentos S/A. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2022
Ativos						
Ativos financeiros	2.570.025	–	–	–	–	2.570.025
Outros ativos	164.358	151.265	108	–	–	315.731
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.197.353	–	1.796	31.488	314.246	5.544.883
Outros passivos	185	–	–	–	–	185
						01/01 a 31/12/2022
Resultado						
Rendas de operações de crédito	369.269	–	–	–	–	369.269
Resultado com títulos e valores mobiliários	183.303	–	–	–	–	183.303
Despesas em operações de captação	(114.385)	(199)	(906)	(3.102)	(15.892)	(134.484)
Outras receitas e (despesas)	(174.867)	7.287	(344)	–	–	(167.924)
						01/07 a 31/12/2022
Resultado						
Rendas de operações de crédito	199.240	–	–	–	–	199.240
Resultado com títulos e valores mobiliários	78.210	–	–	–	–	78.210
Despesas em operações de captação	(42.190)	(66)	(618)	(1.684)	(10.826)	(55.384)
Outras receitas e (despesas)	(104.749)	–	–	–	–	(104.749)

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (3)	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2021
Ativos						
Disponibilidades	–	–	–	–	–	–
Ativos financeiros	4.058.582	134.566	–	–	–	4.193.148
Outros ativos	30.936	–	34	–	–	30.970
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.791.208	173	6.542	34.475	33.603	3.866.001
Outros passivos	14.998	–	12	–	–	15.010
						01/01 a
						31/12/2021
Resultado						
Rendas de operações de crédito	148.587	–	–	–	–	148.587
Resultado com títulos e valores mobiliários	136.575	–	–	–	–	136.575
Despesas em operações de captação	(41.485)	(39)	(540)	(3.147)	(3.321)	(48.532)
Outras receitas e (despesas)	45.432	82.945	(4.969)	–	–	123.408

(1) J&F Participações S/A.

(2) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Hub Ltda.

(3) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Asset Management Ltda., Original Hub Ltda., PicPay Instituição de Pagamento S.A., FIDC PicPay.

24. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados. O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e

controle para os riscos da carteira de negociação são: - *Value at risk* (VaR) paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira; - *Stress test*; - *Stop loss*. Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira trading	Value at risk	31/12/2022	31/12/2021
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Moedas estrangeiras	2.913	1.780	1.016
Exposição com correlação	486	360	300
Pré-fixado	320	344	249
Carteira banking	Teste estresse	31/12/2022	31/12/2021
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	35.611	21.837	77.720

Destaca-se que a redução relevante do *Value at Risk* (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações. O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas

trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original. A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN. A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são

- *VaR* (valor em risco)
- *Stress test*
- *Stop loss*; e
- Análise de sensibilidade.

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo CEGIR. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa
- Teste de estresse; e
- Caixa mínimo.

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O CEGIR é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento. À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Original possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA é um instrumento de gestão integrada que abrange: Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Original possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; CEGIR - propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) - órgão nomeado pelo CEGIR, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

25. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e

nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA). O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial Original. No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial (Banco Original S.A., PicPay Bank S.A., Offshore Cayman, PicPay Instituição de Pagamento S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Original Hub Ltda e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.950.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência Nível I	1.728.855	1.727.750
Patrimônio de referência Nível II	806.914	–
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	2.535.769	1.727.750
RWA - Ativos ponderados pelo risco	19.748.610	15.577.648
RWA _{CPAD} (parcela de risco de crédito)	15.365.055	13.462.310
RWA _{MPAD} (parcelas de risco de mercado)	49.924	40.077
RWA _{OPAD} (parcela de risco operacional)	4.333.631	2.075.261
Índice de Basileia	<u>12,8%</u>	<u>11,1%</u>

O Conglomerado prudencial mostra-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2022 é 10,5%, apresentando patrimônio de referência compatível com o nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 6,95% em 31 de dezembro de 2022. Destaca-se ainda, que a controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

26. Informações complementares

a) Garantias prestadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	<u>210.517</u>	<u>849</u>	<u>257.758</u>	<u>1.327</u>
Total	<u>210.517</u>	<u>849</u>	<u>257.758</u>	<u>1.327</u>

b) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura total somava R\$ 476.353 (R\$ 364.000 em 31 de dezembro de 2021). O prêmio pago foi de R\$ 991 (R\$ 1.276 em 31 de dezembro de 2021).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

d) Plano de saúde - benefício pós-emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 456 (R\$ 991 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

e) Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça. A Administração adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo COVID-19, especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital. Cabe destacar que o Original manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores. Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

Cuidados especiais para a retomada segura

Durante o ano de 2021, foi iniciado um processo de retorno voluntário ao trabalho presencial nas dependências do Banco Original. Para a retomada segura, a área de Pessoas e Cultura fez uma série de divulgações sobre a importância de se observar os protocolos de segurança tais como distanciamento entre estações de trabalho, uso de elevadores e áreas comuns, uso de máscaras em período integral e de álcool em gel para higiene das mãos. Foi disponibilizado aos colaboradores o serviço de telemedicina, através do seguro saúde. Além disso, foi estabelecido um acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 dos colaboradores pelo ambulatório na matriz do Conglomerado Original. Durante o primeiro semestre de 2022, com o fim das restrições

impostas pelos governos estadual e municipal e em continuação ao processo de retorno voluntário iniciado em 2021, o trabalho presencial foi retomado, mantendo-se as mesmas medidas de segurança adotadas anteriormente.

f) Resultado recorrente e não recorrente

	01/07 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado líquido	(1.115.578)	12.937	(1.660.281)	78.989
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	–	–	–	42.691
Lucro na alienação de ações	–	–	–	42.691
Resultado recorrente	<u>(1.115.578)</u>	<u>12.937</u>	<u>(1.660.281)</u>	<u>36.298</u>

g) Conciliação da movimentação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		Total
		Capital social	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31/12/2021	–	2.530.001	(207.717)	2.322.284
Variações com efeito de caixa	711.000	600.000	–	1.311.000
Aumento de capital	–	600.000	–	600.000
Emissão de Instrumentos de dívida elegível a capital	711.000	–	–	711.000
Variações sem efeito de caixa	(15.883)	–	(1.660.281)	(1.676.164)
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	(1.660.281)	(1.660.281)
Juros em instrumentos de dívida elegível a capital	95.914	–	–	95.914
Marcação a mercado de instrumentos de dívida elegível a capital	(111.797)	–	–	(111.797)
Saldo em 31/12/2022	<u>695.117</u>	<u>3.130.001</u>	<u>(1.867.998)</u>	<u>1.957.120</u>
Saldo em 31/12/2020	–	2.130.001	(286.706)	1.843.295
Variações com efeito de caixa	–	400.000	(677.218)	(277.218)
Aumento de capital	–	400.000	–	400.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	(677.218)	(677.218)
Variações sem efeito de caixa	–	–	756.207	756.207
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	756.207	756.207
Saldo em 31/12/2021	<u>–</u>	<u>2.530.001</u>	<u>(207.717)</u>	<u>2.322.284</u>

h) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

O plano para implementação da regulamentação contábil prevista na Resolução CMN 4.966/21 prevê o diagnóstico e mensuração de ativos e passivos financeiros de acordo com o plano de negócios da instituição, provisão para perdas esperadas, contabilização de *hedge*, garantias prestadas e outros compromissos que impactem a situação financeira da instituição. Os normativos internos serão revistos, ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, para que fiquem aderentes aos novos conceitos e critérios contábeis estabelecidos na resolução. A implementação do plano prevê formalização de novos requisitos nas unidades de negócio/suporte e desenvolvimento e homologação na arquitetura dos sistemas de tecnologia.

27. Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 500.000, sendo R\$ 250.000 integralizados no ato e R\$ 250.000 a serem integralizados no prazo de um ano. O capital social, passará a ser de R\$ 3.630.001, dividido em 912.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 706.413.037 ordinárias e 206.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 13 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

Contador

Marcelo Rosas Betine

CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP